



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Conselho Nacional de Previdência Social

ATA

309ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS -

Brasília/DF, 10 de dezembro de 2024

ATA DA 309ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

DATA: 10 de dezembro de 2024

LOCAL: MPS, Bloco F, 9º andar, Sala 902

PRESENCAS

Representantes do Governo MPS – Carlos Roberto Lupi INSS – Alessandro Antônio Stefanutto INSS – Vanderlei Barbosa dos Santos CONJUR/MPS - Felipe Cavalcante e Silva SRPC/MPS – Paulo Roberto dos Santos Pinto SRPC/MPS – Tito Calvo Jachelli SRGPS/MPS – Benedito Adalberto Brunca	Representantes dos Trabalhadores em Atividade CUT - Ari Aloraldo do Nascimento CTB – Rolando Medeiros CNI – Marcello Caio Ramon e Barros Ferreira
Representantes dos Aposentados e Pensionistas SINTAPI/CUT – Gerson Maia de Carvalho CSB – José Avelino Pereira COBAP – Obede Muniz Teodoro SINDNAPI/FS – Tônia Andrea Inocentini Galleti	Representantes dos Empregadores CNF – Rafael Baldi da Silva CNC – Hélio Queiroz da Silva CNA – Luiz Fabiano de Oliveira Rosa

Ouvinte/Convidado Secretaria-Executiva – Vanessa Ribeiro Almeida Secretaria-Executiva – Pedro Henrique da Silva Lima Secretaria-Executiva – Ricardo dos Santos Pereira Cerimonial – Cícero Laureano DATAPREV – Claudiana Freitas CNM – Rodrigo Dias DRGPS/SRGPS – Eduardo da Silva Pereira DRGPS/SRGPS – Lucyana Rios de Souza DRGPS/SRGPS – Sandra Lopes Valor Econômico – Gabriela Pereira Osório RDK – Tiago Almeida Marques RDK – Edmilson de Paes
--

I – ABERTURA

Presidindo a mesa, o **Presidente Sr. Carlos Lupi** abriu a 309ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), agradecendo a presença de todos(as). Aprovou-se a ata da 308ª Reunião Ordinária do CNPS por unanimidade dos(as) presentes.

II – ORDEM DO DIA

Instado o primeiro ponto de pauta: Apresentação sobre as operações de empréstimo consignados em benefícios administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Em posse da palavra, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** cumprimentou a todos(as) e comparou o valor e a quantidade total de empréstimos consignados de margem livre, portabilidade e refinanciamento entre janeiro de 2022 e novembro de 2024, sendo que em janeiro de 2022 foram 440 mil transações, totalizando R\$ 4,3 bilhões, enquanto os números de novembro de 2024 foram, respectivamente, 1,6 milhão e R\$ 18,2 bilhões. A seguir, detalhou os dados referentes às operações de margem livre, refinanciamento e troco do refinanciamento no mesmo período, sendo que em janeiro de 2022 foram 415 mil operações, envolvendo R\$ 3,3 bilhões, contra 1,3 milhões de operações em novembro de 2024, totalizando R\$ 6,7 bilhões. O **Sr. Presidente** destacou as curvas de aumento nas operações, ao que o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** indicou que representavam o reajuste do salário-mínimo, sempre no começo do ano. Após, apresentou os dados apenas quanto à margem livre, destacando a oscilação supramencionada, e a quantidade e valor das operações de Reserva de Margem Consignável (RMC), que no período em análise teve em média 100 mil operações por mês, movimentando entre R\$ 200 e R\$ 250 milhões. Então, o **Sr. Presidente** apontou que os valores e quantidades de transação do ano de 2023 foram superiores aos do ano de 2024. Dando continuidade, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** abordou as operações de Reserva de Cartão Consignado (RCC), cujo pico foi no seu lançamento, em setembro de 2022, com mais de 1,6 milhões de cartões emitidos, e disse que atualmente eram entre 150 e 170 mil emissões mensais. Após, abordou a evolução da taxa de juros do empréstimo consignado, que à data era de 1,66%, enquanto o teto de juros do cartão de crédito consignado estava em 2,46%. Sobre a taxa de juros do consignado ao ano, disse que era de 21,84%, o que considerou alta, chegando a mais do que o dobro da SELIC. Apresentou ainda a alteração da taxa de juros do crédito consignado desde 2021, considerando as datas de reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM), a aprovação das Resoluções do CNPS e o início da sua vigência e o tempo decorrido entre os acontecimentos. Tratou sobre o comprometimento da margem consignável, destacando que 23% dos beneficiários que solicitaram empréstimos tinham empenhado até 26% da sua renda, 20% comprometeram de 26 a 31% do salário, 42% empenharam de 31 a 35% do salário e 15% comprometeram mais do que 35%, o que foi possível durante a pandemia, mas não era mais permitido. O **Sr. Presidente** enfatizou o grande número de beneficiários que estavam próximos ao limite. Então, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** desmembrou o nível de comprometimento da margem consignável entre os benefícios previdenciário e assistencial, a última sobre a qual destacou que 91% daqueles que fizeram empréstimo tinham comprometido entre 26% e 35% da sua renda, ao que o **Sr. Presidente** reforçou que os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) recebiam salário-mínimo. Por fim, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** resumiu que as transações de crédito consignado estavam aquecidas do ponto de vista da operacionalização e o **Sr. Presidente** reforçou

que a apresentação dos dados visava aumentar a transparência para o Conselho. Ato seguinte, passou-se à apresentação a respeito dos consignados nos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Com a palavra, o **Sr. Vanderlei Barbosa** cumprimentou a todos(as) e relatou que cerca de 38,3 milhões de benefícios eram elegíveis para o consignado, dos quais 16,5 milhões usavam o benefício. Detalhou o comprometimento da margem de consignado dentre os 16,5 milhões de pessoas, dizendo que 9,4 milhões tinham comprometido mais de 31% dos seus benefícios. Tratou do panorama dos cartões de crédito e cartões benefício, indicando que 39,94% dos beneficiários do INSS tinham cartão, dos quais quase 10% nunca utilizaram os cartões de crédito e 2,5% nunca utilizaram cartões benefício. Resumiu que, à data, eram 70 instituições financeiras oferecendo empréstimo consignado, 42 operando cartão de crédito e 24 cartões benefício. O **Sr. Presidente** questionou se as instituições que ofereciam empréstimo eram as mesmas que ofertavam cartões, ao que o **Sr. Vanderlei Barbosa** respondeu que algumas, embora todas estivessem habilitadas para atender as três linhas de crédito. Ainda, o **Sr. Presidente** perguntou se uma instituição poderia negar-se a fornecer determinada modalidade devido ao seu lucro, ao que o **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** respondeu que o INSS estava estudando um acordo de cooperação a respeito da questão. Continuamente, o **Sr. Vanderlei Barbosa** mencionou o acumulado de contratos novos de consignados entre janeiro e novembro dos anos de 2022, 2023 e 2024, que somaram respectivamente R\$ 145 bilhões, R\$ 165 bilhões e R\$ 230 bilhões. Por fim, comparou os descontos nas folhas de pagamento do INSS entre janeiro e outubro dos anos de 2023 e 2024, sendo que a média mensal de 2023 foi de R\$ 68 bilhões e em 2024 subiu para R\$ 76 bilhões. O **Sr. Presidente** pediu que as informações fossem divulgadas na página do INSS. Iniciando as manifestações, a **Sra. Tônia Andrea Inocentini Galleti** confirmou a informação de que, entre todas as pessoas que conseguiram empréstimos consignados, 73% estavam próximas ao limite da margem de comprometimento, ao que o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** resumiu que, dos 16,5 milhões de pessoas com empréstimos consignados, quase 13 milhões eram pessoas com benefícios previdenciários, dos quais 73% tinham comprometido mais de 26% de suas rendas. Ainda, a **Sra. Tônia Andrea Inocentini Galleti** questionou a possibilidade de revisão da legislação que tratava dos consignados em decorrência do alto endividamento da população, ao que o **Sr. Presidente** concordou e apontou o potencial de possíveis beneficiários do consignado que ainda não tinham usado a modalidade. A seguir, o **Sr. Ari Aloraldo do Nascimento** arrazoou que a porcentagem de beneficiários que não tinham utilizado o consignado não deveria ser vista como clientes em potencial, mas sim preservada, demonstrando preocupação com os dados apresentados. O **Sr. Presidente** lembrou do sistema de renegociação de dívidas, que aliviou o endividamento da população. Ainda, o **Sr. Ari Aloraldo do Nascimento** retomou o contexto que levou à criação do consignado e concordou que a questão precisava voltar a ser debatida, abrangendo inclusive as instituições financeiras. Declarou que o empréstimo deveria ser visto como um recurso pontual e citou o vício em jogos como um dos motivos que levava os aposentados ao endividamento, ao que o **Sr. Presidente** opinou que a proibição do uso dos benefícios do INSS para apostas também precisaria ser debatida, uma vez que, enquanto poderia ser vista como um cerceamento da liberdade, também se tratava do uso de dinheiro público e da garantia da subsistência, endossando que sabia que tratava-se de uma questão polêmica. Em conclusão, o **Sr. Ari Aloraldo do Nascimento** reiterou que os números apresentados eram inaceitáveis e que o aumento de empréstimos consignados não deveria ser incentivado. Citou também o endividamento dos trabalhadores do setor público e o problema causado pela aposentadoria compulsória. A seguir, o

71 **Sr. Hélio Queiroz da Silva** citou os casos de aposentados com 45% dos benefícios comprometidos como absurdo e pediu
72 ações para mudar a realidade. Criticou a Instrução Normativa PRES/INSS nº 175, de 28 de novembro de 2024, trata da
73 antecipação salarial para beneficiários do INSS, indicando que poderia agravar ainda mais a situação, ao que o **Sr.**
74 **Presidente** explicou que a antecipação seria de até R\$ 150,00 e não teria juros, ao passo que as instituições financeiras
75 lucrariam com as taxas das transações dos cartões. Já o **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** afirmou que o objetivo da
76 Instrução Normativa era desestimular o endividamento por emergências rotineiras de pequeno valor, que de outra forma
77 poderiam transformar-se em grandes dívidas, e que o valor não poderia ser utilizado para apostas. O **Sr. Hélio Queiroz da**
78 **Silva** agradeceu as informações e pediu a revisão do comprometimento da renda para consignados, que julgou alto. Na
79 sequência, o **Sr. Gerson Maia** relatou o aumento da margem consignável permitido no período da pandemia e comparou
80 que, caso o beneficiário precisasse devolver alguma verba ao INSS, o teto era de 30% do benefício, reiterando que a mesma
81 porcentagem deveria ser aplicada aos empréstimos, conforme era feito até 2019. Relatou que os bancos priorizavam a
82 oferta de empréstimos para pagamento em 84 meses, muitas vezes não comunicando ao beneficiário as opções com
83 menos parcelas. Concordou que a temática precisaria ser abordada pelo CNPS e citou a baixa inadimplência da
84 modalidade, principalmente diante da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de que a família poderia ser responsável
85 pela dívida quando do falecimento do aposentado. Subsequentemente, o **Sr. Rolando Medeiros** abordou a reclamação
86 recorrente quanto à estrutura precária da Crefisa para atender aos pensionistas e explicou que o debate sobre o
87 endividamento dos beneficiários do INSS passava pelo sistema de Governo almejado para o país. Em resposta, o **Sr.**
88 **Alessandro Antônio Stefanutto** lembrou que a financeira em questão venceu o leilão da folha de pagamento, mas que
89 poderia ser fiscalizada, e afirmou que, quando acionada, a Crefisa tinha sido assertiva em resolver os problemas. A pedido
90 do Sr. Presidente, informou que a previsão de arrecadação com o leilão da folha foi de uma adição de R\$ 14 bilhões ao
91 longo de cinco anos. Então, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** lembrou da máxima de que o beneficiário poderia escolher
92 em qual instituição gostaria de receber o benefício. Então, o **Sr. Rolando Medeiros** afirmou não estar questionando a
93 lisura do processo de leilão da folha, mas sim solicitando a garantia do atendimento de qualidade, principalmente nas
94 cidades menores, onde apontou ser mais difícil fazer a portabilidade. Na sequência, o **Sr. Obede Muniz Teodoro** sugeriu
95 a criação de um Grupo de Trabalho para tratar do alto índice de endividamento dos beneficiários do INSS e o **Sr. Ari**
96 **Aloraldo do Nascimento** perguntou qual tinha sido a remuneração das instituições financeiras com os empréstimos, ao
97 que o **Sr. Presidente** declarou não ter acesso direto à informação, mas que tentaria buscar os dados. A seguir, o **Sr. José**
98 **Avelino Pereira** concordou que a situação dos beneficiários cujos salários estavam comprometidos pelos consignados era
99 ruim e citou o assédio sofrido por eles devido ao contato constante das instituições financeiras. O **Sr. Rafael Baldi da Silva**
100 refletiu sobre a atuação positiva do Conselho na definição das regras da autorregulação e relatou um estudo recente
101 desenvolvido com uma entidade que reclamou da queda no número de financiamentos de um determinado bem,
102 concluindo-se que a redução foi em decorrência do aumento do valor do bem, que praticamente dobrou, enquanto o
103 salário teve crescimento real de apenas 2% no mesmo período. Concordou que o teto da taxa precisaria ser discutido,
104 assim como o endividamento, que estava ligado à condição social dos beneficiários. Contou também que, após a
105 pandemia, o teto da margem consignável chegou a retornar para 30%, sendo que os próprios beneficiários solicitaram o

aumento para 35%. Falou sobre os números significativos da portabilidade dos empréstimos. O **Sr. Gerson Maia** registrou a falta de ar-condicionado nas agências do INSS no Estado do Espírito Santo, ao que o **Sr. Presidente** disse que a compra deveria ser feita pela Superintendência Central e o **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** confirmou a falta de investimentos do Governo anterior, mas disse que a situação estava sendo regularizada. A seguir, o **Sr. Ari Aloraldo do Nascimento** reforçou a importância do trabalho do CNPS e citou a ação da Associação Brasileira de Bancos (ABBC) contra o Conselho, cujo objetivo era questionar o seu papel. O **Sr. Presidente** registrou que a ação visava transferir o poder da definição do teto de juros do consignado, sugerindo a elaboração de uma nota a respeito do papel institucional transparente do CNPS. Continuamente, o **Sr. Ari Aloraldo do Nascimento** questionou a opinião da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) a respeito da situação supramencionada, ao que o **Sr. Rafael Baldi da Silva** replicou não ter opinião, uma vez que a ação não tinha sido debatida com a Federação, e informou que a ação em questão visava transferir o poder de definição do teto da taxa de juros para o Conselho Monetário Nacional (CMN). O **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** arrazouo que a taxa de empréstimos para funcionários públicos federais era estabelecida pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Continuamente, o **Sr. Adroaldo da Cunha Portal** apontou que a portabilidade dos empréstimos exigia captação, o que poderia ser reduzida em decorrência da taxa de juros, e comemorou a redução do assédio aos beneficiários como efeito colateral da redução de verba para captação. Por fim, o **Sr. Presidente** propôs os seguintes encaminhamentos: indicação para análise da margem consignável pelo Comitê Técnico e elaboração de uma nota sobre a importância do CNPS, ao que o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** indicou que o formato correto seria uma resolução ou uma moção. Ambos os encaminhamentos foram considerados aprovados pelos(as) presentes. Ato seguinte, instaurou-se o próximo ponto de pauta: Benefício de Prestação Continuada (BPC): Crescimento da Demanda e Impacto na Capacidade de Atendimento da Perícia Médica Federal. O **Sr. Presidente** indicou as dificuldades enfrentadas durante o ano de 2024, como a greve dos peritos e o aumento de novas requisições, exemplificando que, em setembro de 2024, foram 400 mil solicitações a mais do que a média. Anunciou que o tempo médio de análise se manteve em 39 dias e mencionou os atos governamentais para averiguação dos auxílios-doença, que deslocaram equipes de peritos para a conferência dos casos. Falou também sobre a contratação de novos peritos e o desejo de melhoria do sistema da Dataprev. Com a palavra, o **Sr. Adroaldo da Cunha Portal** anunciou que, no início de 2025, teria início a revisão periódica do BPC que, embora prevista em Lei, ainda não tinha começado a ser executada. Demonstrou o crescimento da concessão administrativa do BPC em 2023 e 2024, em decorrência da recuperação da capacidade operacional por parte do INSS e da perícia médica. Apresentou o crescimento também da concessão judicial, explicando que o judiciário adotava conceitos para concessão do BPC à margem do estabelecido pela Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência e da própria legislação. Relatou que, até dezembro de 2023, eram feitos em média 87 mil requerimentos de BPC por mês, passando para quase 170 mil em novembro de 2024. Declarou que o público que estava requerendo o benefício era muito maior do que a parcela da população elegível para o programa, aumentando o indeferimento, e explicou que as pessoas estavam sendo mal orientadas, inclusive por empresas e advogados, e muitas vezes pagando para terceiros entrarem com as requisições sem garantia alguma de sucesso. Salientou ainda que o aumento da fila prejudicava àqueles que de fato tinham direito ao benefício, por ampliar a espera pela perícia. O **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** complementou que o mesmo fenômeno

aconteciam no judiciário quanto às pensões e confirmou que atravessadores e advogados vendiam requerimentos, indicando a necessidade de proteção do sistema. Destacou também os altos índices de remarcação das perícias, ao que o **Sr. Adroaldo da Cunha Portal** ilustrou que, das 500 mil perícias agendadas para o mês de novembro, 155 mil foram remarcadas com no máximo dois dias de antecedência, portanto não possibilitando a inclusão de outras pessoas na agenda. O **Sr. Presidente** concordou que as portas das agências do INSS eram ocupadas por intermediários inescrupulosos que exploravam a falta de conhecimento da população e citou também os profissionais corrompidos. Em conclusão, o **Sr. Adroaldo da Cunha Portal** disse que encaminharia o material da apresentação aos Conselheiros, resumindo que apresentava a banalização do direito de requerer o BPC. Informou que o cenário não contaminou os índices de concessão do Benefício e citou a avaliação biopsicossocial como uma ferramenta positiva e eficiente. Reiterou que o BPC não causava excesso de despesas nas contas do INSS por tratar-se de uma política do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), embora o Ministério da Previdência Social (MPS) também se preocupe com os dados apresentados, que poderiam levar ao colapso da capacidade operacional. Lembrou que a revisão dos Benefícios era prevista pela legislação e seria iniciada, além de reforçar que o BPC era um auxílio temporário. Iniciando as manifestações, o **Sr. Rolando Medeiros** retomou sua preocupação com a quantidade crescente de crianças portadoras de necessidades especiais e recomendou o aumento do número de assistentes sociais nas perícias devido à complexidade dos atendimentos. Sugeriu que o CNPS ou o MPS promova uma reunião com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para tratar dos escritórios e dos advogados que assediavam as pessoas nas portas das agências do INSS, ao que o **Sr. Presidente** demonstrou desejo em acatar a sugestão. O **Sr. Rolando Medeiros** mencionou também as indicações dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) para os benefícios do INSS e o grau de deficiência, que precisaria ser considerado. A seguir, o **Sr. Gerson Maia** propôs a criação de um processo informativo para a população, dada a quantidade de pessoas com informações incorretas quanto ao BPC que procuram o INSS. Por fim, o **Sr. Ari Aloraldo do Nascimento** sugeriu um diálogo aprofundado sobre a questão em parceria do MDS, do MPS e do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC).

III – ENCERRAMENTO

Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente** deu por encerrada a 309ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. E, para que tudo fique devidamente documentado, *eu, Thalyta Vieira, secretária-executiva do CNPS, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, deverá ser assinada, eletronicamente, pelo Colegiado*. Brasília, 10 de dezembro de 2024.